

**PROJETO DE LEI Nº 5.196, DE 2013**  
**(Do Poder Executivo)**

Acresce Capítulo VIII ao Título I da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor; e parágrafo único ao art. 16 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº**

**Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao PL nº 5.196/2013:**

Art. X. O art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente **pela internet, telefone ou a domicílio, ainda que a oferta ocorra exclusivamente por tais meios. (NR)**

§1º Se o consumidor exercer o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

§2º **No caso de serviços cuja contratação à implique redução de capacidade de oferta para outros consumidores, o direito de arrependimento previsto neste artigo deverá ser exercido com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da prestação. (NR)**

## JUSTIFICAÇÃO

Na busca incessante pela proteção do consumidor, apresentamos esta emenda para:

1) combater entendimento de órgãos do judiciário, segundo os quais, se o serviço é prestado de forma contumaz pela internet, não há porque haver direito de arrependimento. Para tais decisões judiciais, apenas quando a prestação *on-line* não for a forma usual de disposição do serviço ou produto, caberá direito de arrependimento (*caput*);

2) garantir o direito de arrependimento mesmo naquelas vendas de serviço pela internet, como passagens de avião, passagem de ônibus etc, tendo em vista que vários tribunais (como o TJDF) têm entendido que esse direito não se aplica às companhias aéreas (§2º).

Trata-se de medidas importantes para o consumidor, parte hipossuficiente da relação de consumo, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,                      de maio de 2016.

Deputado Weverton Rocha  
PDT/MA